

Telejornalismo na TV pública brasileira

uma análise do Repórter Brasil

Valéria Vilas Bôas Araújo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ARAÚJO, VVB. Telejornalismo na TV pública brasileira. Uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, IMM., org. *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 197-221. ISBN 978-85-232-1199-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Telejornalismo na TV pública brasileira. Uma análise do *Repórter Brasil*

Valéria Vilas Bôas Araújo

INTRODUÇÃO

O *Repórter Brasil* é a primeira produção jornalística da TV Brasil, a emissora pública instituída pelo governo Lula. Foi ao ar pela primeira vez no dia 03 de dezembro de 2007, uma segunda-feira, um dia depois da estreia da nova emissora. Sendo a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e, portanto, a TV Brasil produto da união entre a Radiobrás e a TVE Rio, o *Repórter Brasil* veio substituir os antigos telejornais das duas emissoras, o *Repórter Nacional* e o *Edição Nacional*¹, respectivamente.

A missão do *Repórter Brasil*, contudo, vai além da simples substituição. Por ocasião do seu lançamento, o gerente de jornalismo da EBC, Eduardo Castro, declarou que era um desejo antigo das direções de emissoras públicas no Brasil criar um telejornal unificado, em que Estados distantes dos grandes centros pudessem ter a mesma possibilidade de estar no ar. Para Helena Chagas, diretora de jornalismo da emissora, “[...] a idéia é que o *Repórter Brasil* seja, de fato, um jornal nacional, como acho que não temos hoje em dia”. (MACEDO, 2007) Ela reconhece, entretanto, que as condições técnicas para que esse objetivo seja cumprido não são muito favoráveis. (MACEDO, 2007) A maior aposta do *Repórter Brasil* é mostrar o país que traz no nome, de um jeito como ele não é visto nas emissoras comerciais, como assegura Eduardo Castro:

A gente vai mostrar o Brasil numa perspectiva que a gente hoje, na tevê comercial, poucas vezes vê. A gente vai mostrar o Brasil a partir daquilo que faz o próprio cidadão por meio das suas inicia-

1 Repórter Brasil inaugura o jornalismo unificado da TV pública da EBC. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/30/materia.2007-11-30.4143275408/view>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

tivas de áudio e de vídeo e também vai mostrar com base naquilo que é feito nos outros estados, nas outras emissoras públicas, tanto emissoras educativas quanto emissoras universitárias, emissoras comunitárias, enfim; a gente quer que esse campo tenha na EBC um lugar pra mostrar o material que produz e mostrar o Brasil de um jeito que hoje em dia ele não é visto. (TV BRASIL..., 2007)

O telejornal é apresentado em duas edições diárias, uma às 8h da manhã e outra às 21 horas. A primeira edição é apresentada direto de Brasília. A segunda, até 14 de abril, foi ancorada de Brasília e do Rio de Janeiro, as duas praças principais. A partir dessa data, passou a ser apresentado também de São Paulo para que a cidade tivesse mais destaque no noticiário. (DIAS, 2008) A nossa escolha foi analisar somente a edição noturna², das 21 horas, visto que essa é a edição do horário nobre e oferece melhores elementos para a análise, como a apresentação a partir de três praças, por exemplo, que não acontece na edição matutina, apresentada apenas de Brasília.

A proposta do *Repórter Brasil*, ainda segundo Eduardo Castro, em entrevista cedida a Soalheiro (2007), é fazer um jornalismo mais atento ao que interfere diretamente na vida do telespectador. A nossa intenção aqui é analisar de que modo o jornalismo público da TV Brasil se apresenta no *Repórter Brasil* e de que modo ele se endereça a seu público. Qual a noção de cidadão e cidadania inscrita nele? O que ele sugere para um novo modo de fazer jornalismo no Brasil? O que lhe é próprio enquanto produto jornalístico televisivo? Qual pacto sobre o papel do jornalismo estabelece com seu público?

Os cenários são simples, compostos por bancada de madeira com tampo prateado, tela de LCD³ e um espaço destinado às entrevistas – no estúdio do Rio, a própria bancada abriga o eventual entrevistado que ocupa um espaço idêntico ao do entrevistador, ao lado dele. Em Brasília e São Paulo, o apresentador recebe entrevistados em uma sala de estar com

2 A análise apresentada neste capítulo é referente às edições dos dias 12 de agosto a 13 de setembro de 2008, com exceção das edições dos dias 22 e 28 de agosto.

3 Monitor de cristal líquido, do inglês: *Liquid Cristal Display*.

poltronas e outra tela de LCD. Os dois espaços sugerem uma proximidade entre quem pergunta e quem responde, e, ao menos espacialmente, uma relação de igualdade.

Os três apresentadores titulares do *Repórter Brasil* são Lincoln Macário, em Brasília, Luciana Barreto, no Rio, e Florestan Fernandes Júnior, em São Paulo, mas apesar de esta ser a equipe que consta no site do noticiário, outros apresentadores são frequentes no comando no telejornal. Aos sábados, o programa é geralmente apresentado de Brasília, por Fernanda Isidoro ou Natália Pereira⁴, mas pode ser transmitido também dos estúdios de São Paulo ou Rio. Cristina de Lamônica (Brasília), Carla Ramos (Rio de Janeiro), Ana Luísa Médici (São Paulo e Brasília) e José Donizete são apresentadoras ocasionais do noticiário. Todos têm passagens anteriores por emissoras públicas, estatais ou educativas, como TV Justiça, TVE Rio ou TV Nacional. No período da nossa análise, a jornalista e atleta Carla Maia foi convidada para integrar a equipe do telejornal como apresentadora das notícias das Paraolimpíadas de Pequim.

De todos os nomes, o de maior destaque é, sem dúvida, o do jornalista Florestan Fernandes Júnior, filho do sociólogo Florestan Fernandes – militante de causas públicas como a educação gratuita e universal, as políticas afirmativas, a reforma agrária. Júnior formou-se em jornalismo em 1977 e foi apresentador da TV Nacional antes de assumir o cargo de diretor do departamento de Jornalismo da TV Brasil. O jornalista foi também repórter dos jornais Folha de S. Paulo e Jornal da Tarde, repórter da TV Cultura, da TV Globo e da TV Manchete, além de editor do Jornal da Gazeta. Mesmo com um currículo considerável e o nome notório que herdou do pai, o jornalista não é muito conhecido na televisão, não é uma estrela. A sua presença confere credibilidade ao telejornal, mas, assim como os outros apresentadores, ele pode ser substituído, inclusive no meio da semana. A substituição de nenhum dos apresentadores precisa ser justificada. No período analisado, a praça que teve maior número de apresentadores foi Brasília, com quatro, enquanto São Paulo teve três e o Rio apenas dois.

4 As edições de sábado têm menor duração e costumam ser mais “leves”, com poucas notícias de economia e política e mais matérias sobre arte, esportes, lazer.

Já na escalada, três apresentadores dividem a narração das matérias. Na edição de 04 de setembro, Luciana Barreto, Florestan Fernandes e Lincoln Macário apresentam os destaques do dia. As falas, em *off*, são acompanhadas de imagens de cada uma das notícias: o novo “caveirão”, a revolta de populares em Buenos Aires, o Ministro da Saúde discursando no Supremo Tribunal Federal. Após essa sequência, surge uma montagem de três pequenas telas dispostas sobre um fundo azul com o logotipo do noticiário no canto inferior direito. Embaixo de cada uma das pequenas telas, os caracteres indicam o nome da cidade onde está o apresentador que nela aparece. Esse esquema é repetido por todo o noticiário: as matérias apresentadas são chamadas, cada uma por um apresentador – assuntos de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo são sempre apresentados do estúdio da cidade (ou Estado) em questão; as outras regiões aparecem geralmente através de produções de emissoras regionais, nem sempre citadas pelos apresentadores, embora no interior das matérias seja possível perceber de quem é a produção pela identificação na corola do microfone ou pelos créditos de imagem.

Embora a proposta declarada do *Repórter Brasil* seja fazer um jornalismo “nacional de fato, como não encontramos nos telejornais hoje”, o enfoque predominante do noticiário é o do eixo Rio–São Paulo–Brasília, não só porque a apresentação do telejornal é feita destas três cidades, mas, sobretudo, porque as matérias de âmbito “nacional” são geralmente elaboradas a partir de um exemplo generalizado original destes centros simbólicos. Isso poderia se explicar, em parte, pelo fato de que a estrutura técnica da emissora está montada nestas três cidades, mas, considerando que a TV Brasil tem um centro de produção também em São Luís do Maranhão e a incidência do Estado no noticiário é mínima⁵, acreditamos que a escolha por privilegiar este eixo tem a ver com o fato de que estas três cidades são consideradas centros de decisão política, econômica e cultural do país. As matérias de âmbito nacional, por exemplo, são todas produzidas por essas três praças, fundadas em um discurso sobre

5 Durante o período analisado, a cidade de São Luís do Maranhão apareceu apenas uma vez, através de uma notícia sobre um temporal que alagou as ruas da cidade em 18 de agosto.

o cidadão que é afetado pelas decisões do Congresso e pelas oscilações da economia, esteja no Acre ou em São Paulo.

As matérias das emissoras afiliadas, produzidas em diversos Estados do país, geralmente aparecem no telejornal para apresentar uma situação particular ou para particularizar um tema que esteja na agenda do *Repórter Brasil*. Assim, quando o jornal discutia a “crise” nos transplantes de órgãos, no Rio de Janeiro, motivado pela denúncia de um esquema de compra de órgãos, as matérias factuais sobre queda do número de doações e a morte de D. Vanda, que há cinco anos esperava por um transplante de fígado, se opõe à matéria produzida pela TV Ceará, que mostra o sucesso da implantação de uma comissão para cuidar de transplantes, no Hospital de Mecejana, em três de setembro. Ou, ainda, matérias sobre as plantações de morango e mexerica, em Minas Gerais, e o desenvolvimento de uma técnica para plantar bambus em laboratório, no Acre, ganham espaço a partir da divulgação dos bons indicadores para o crescimento da economia do país atrelada à produção de alimentos. Fora esta condição, as matérias das afiliadas costumam aparecer dando conta de fatos ocasionais – como o aparecimento de uma baleia morta em uma praia em Aracaju, Sergipe – ou através de matéria sobre turismo e meio ambiente, raramente para tratar de assuntos de âmbito nacional de forma mais geral.

O discurso do *Repórter Brasil* baseia-se fundamentalmente na ideia da cidadania. Assim, as decisões do Congresso afetam diretamente a sua vida, os gastos do Governo saem do seu bolso. Na edição de treze de agosto, Cristina de Lamônica chama a repórter Karine Melo ao vivo, de Brasília:

CABEÇA – Aprovações no Congresso que mexem com a vida de cada um. Foi criado o micro empreendedor e a licença maternidade ganha mais tempo. A repórter Karine Melo acompanhou as votações e tem os detalhes⁶.

6 Cristina de Lamônica. Programa *Repórter Brasil*, exibido em 13 de agosto de 2008.

As entradas ao vivo de Brasília são corriqueiras, mas a tendência dessas entradas não é noticiar primordialmente o jogo e as disputas políticas – embora essas disputas também tenham espaço –, mas atualizar notícias sobre a tramitação de projetos ou decisões de Governo que tenham influência direta na vida do cidadão, como no caso citado acima. A política, que parece sempre externa ao cotidiano das pessoas, é apresentada como parte dele – “aprovações que mexem com a vida de cada um”. No entanto, o cidadão continua passivo diante destas decisões, recebendo o resultado do que a instituição Estado resolveu. A matéria apresentada em 13 de agosto sobre a licença maternidade leva o telespectador a “entender” a nova regra, como afirma imperativamente o texto da escalada do programa. A cidadã mãe será simplesmente uma beneficiária da nova Lei:

CABEÇA – Para valer, falta o Presidente Lula assinar o projeto que o Congresso aprovou. A licença maternidade passa de quatro para seis meses. Na Lei aprovada, as funcionárias públicas ganham o benefício imediatamente⁷.

Apenas mulheres aparecem desde a cabeça até o fechamento da matéria no estúdio (notapé). Essa construção contribui no sentido de criar laços de identificação – quem fala é alguém que faz parte do mesmo mundo da telespectadora, é um igual –, pois são todas protagonistas da mesma cena. A fala da deputada federal Rita Camata, no final da matéria, funciona como uma garantia do legislativo, de que essa Lei não trará nenhum prejuízo à vida profissional da mulher, questão muito debatida à época.

A deputada é uma fonte oficial, que transmite credibilidade ao programa pelo recurso da voz autorizada. De modo geral, esse é o tipo de fonte privilegiada pelo *Repórter Brasil* – o especialista, a autoridade, o representante de uma instituição. Na edição de dezoito de agosto, o início do Horário Eleitoral Gratuito, que aconteceria no dia seguinte, mereceu destaque – uma matéria falava da importância que ele tem para o processo eleitoral e para o fortalecimento da democracia, mas chamava

7 Cristina de Lamônica. Programa *Repórter Brasil*, exibido em 13 de agosto de 2007.

a atenção, sobretudo, para o porquê da gratuidade. À matéria, seguiu-se uma entrevista realizada no estúdio do Rio de Janeiro, por Luciana Barreto, com Carlos Eduardo Caputo Bastos, Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tanto na matéria, quanto na entrevista, a voz é dada às fontes oficiais, sejam representantes do governo, de instituições de ensino, especialistas em direito. Na construção da matéria, o telejornal contextualiza a questão e depois abre espaço para as vozes autorizadas convocadas a ampliar o olhar sobre a questão. Assim, o *Repórter Brasil* recorre ao advogado e ex-ministro do TSE, Fernando Neves, ao professor de comunicação da UNB, Paulo José Cunha, e ao Procurador Eleitoral do Pará, Ubiratan Gazetta, que falam sobre a importância do horário eleitoral para o fortalecimento da democracia, alertam os eleitores sobre as artimanhas usadas pelos candidatos para atraí-los, lembram que ataques muito fortes à honra do adversário pode chegar a ser crime. E é nesse contexto que o cidadão é visto como um agente social, pela participação institucionalizada através do voto, pela eleição de representantes.

Na tentativa de construir uma suposta imparcialidade, o *Repórter Brasil* recorre quase sempre às fontes institucionais ou especializadas. O cidadão é, geralmente, fonte ilustrativa. O Presidente da República, pelo cargo que ocupa, tem espaço assegurado, ainda que seja para falar de futebol⁸. Depois dele, os ocupantes de cargos institucionais do Congresso e do Senado e os Ministros são usados como fontes, por representarem as Casas e os Ministérios. Fora isso, os políticos têm voz enquanto relatores de processos ou envolvidos em casos de destaque. Em matéria de 05 de setembro sobre as escutas telefônicas realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), por exemplo, as três sonoras são divididas entre um procurador da república, o presidente do senado, Garibaldi Alves, e o senador Demóstenes Torres, que teve telefones grampeados na operação da ABIN.

As entrevistas também dão lugar às vozes autorizadas. É o entrevistado, por sua especialidade e autoridade, quem dá um parecer, emite sua

8 No dia 5 de agosto, o presidente Lula criticou a atuação da seleção brasileira e elogiou o desempenho de Messi, jogador da Argentina. O comentário causou irritação entre a equipe brasileira e foi tema de uma matéria no *Repórter Brasil*.

opinião, geralmente técnica, “independente” da opinião do programa, que não se manifesta declaradamente. O apresentador não questiona incisivamente, não faz um papel de investigador, ele é um mero mediador entre o público e o entrevistado, ele está ali como ponte. Em algumas ocasiões a população é convocada a perguntar. A edição de uma matéria sobre nepotismo é seguida por uma entrevista com Cláudio José Montesso – presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA). Depois de fazer duas perguntas ao entrevistado, Cristina de Lamônica anuncia a participação:

Cristina de Lamônica – “Nós temos uma pergunta da população”.

Rafael Cairo – estudante: “Eu queria saber se eu passasse em algum concurso público, se algum parente meu até terceiro grau, se eu podia assumir?”

As entrevistas, dentro do programa, funcionam como complementos a matérias que merecem destaque dentro da edição, como a que trata do Horário Eleitoral Gratuito, por exemplo. Nesse caso, Luciana Barreto recebe, nos estúdio do Rio de Janeiro, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Eduardo Caputo Bastos, e questiona:

Luciana Barreto – “A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na tevê realmente bem aproveitada fortalece a democracia, como nós vimos na reportagem?”

Aqui também, o posicionamento do apresentador como alguém que tem questões apenas, e nenhuma dúvida, a partir do que o entrevistado fala, opera no sentido de construir uma suposta imparcialidade. Mesmo quando a entrevista é realizada no estúdio, com representantes de pontos de vista distintos, as perguntas são feitas a um entrevistado de cada vez, e cada um responde a seu turno – ainda que a pergunta seja endereçada aos dois entrevistados, cada um responde de acordo com o ponto de vista que defende, mas sem que haja um confronto entre as ideias, sem que eles tenham qualquer tipo de diálogo. Essa estratégia coloca a fonte, o entrevistado, como detentor de um conhecimento absoluto, verdadeiro, ainda que de acordo com um ponto de vista. E o telejornal, que media a relação entre entrevistado e público, numa perspectiva didática. Nesse sentido, a existência de um quadro intitulado *Repórter Brasil Expli-*

ca é emblemática. Nas edições analisadas, o quadro apareceu três vezes – para explicar a origem do nepotismo na edição de 21 de agosto, em 26 do mesmo mês, para explicar o que é anencefalia e, em 02 de setembro, para explicar onde fica a camada pré-sal. O quadro faz uso de infográficos (como se distribuem as camadas de sal, por exemplo), recorre a especialistas, faz resumos históricos para “explicar” essas questões. Por duas vezes, o tema do quadro foi também motivo para entrevistas em estúdio.

A fala do cidadão fica restrita a espaços bem demarcados dentro do noticiário, como, por exemplo, nas enquetes realizadas pelo programa e exibidas ao final de cada bloco. O *Repórter Brasil* quer saber e o cidadão comum responde. Ali é este quem fala, emite opinião, diz o que pensa ser certo ou errado, mas, exceto o fato de se referirem ao “tema do dia”, as enquetes não fazem parte do programa organicamente, não são comentadas, nem dão origem a qualquer tipo de discussão. Sua função é muito mais de reconhecimento do cidadão, que se vê na tela, do que de tribuna⁹, mesmo que a maior parte dos temas em questão seja de influência direta na vida da população. Entre os dias 12 e 16 de agosto, por exemplo, as enquetes apresentadas foram:

Dia 12 – “O que você considera na hora de escolher seu candidato?”

Dia 13 – “Por que você acha que tem tanto advogado no Brasil?”

Dia 14 – “Você confia no medicamento genérico tanto quanto no remédio de marca?”

Dia 15 – “Você sabe onde fica a camada pré-sal?”

Dia 16 – “1914 – 2008 (em referência à morte de Dorival Caymmi)”

Embora o usual seja que o povo responda a perguntas propostas pelo programa nas enquetes, o quadro pode ser usado com outros objetivos. Na edição de 16 de agosto, por exemplo, populares cantavam trechos de músicas do compositor baiano Dorival Caymmi, ou o saudavam com palavras de despedida em referência à sua morte na manhã daquele dia. O destaque do tema, aqui, se justifica pela importância da obra de Caymmi para o desenvolvimento e difusão da música e cultura brasileiras. Assim, as perguntas referem-se ao legado de Caymmi para a cultura, os

9 Desde a antiguidade, a Tribuna, ou púlpito, é o lugar elevado de onde falam os oradores.

filhos e o povo brasileiro. Nesse sentido, as mortes de Waldick Soriano, Fernando Torres e Mestre Salu também são noticiadas. No caso de Mestre Salu, artista regional, a última fala na reportagem, que é sua, faz o papel de universalizar a música e, portanto, ele próprio.

SONORA de arquivo – Mestre Salu: “A música tem que ser universal, ela tem que permitir passar, andar, rolar o mundo com ela e ela vai, com certeza, só vai dar beleza aos que assistem”.

Há uma tendência no *Repórter Brasil*, inegavelmente uma herança da tradição das tevês educativas, de pensar a arte como instrumento pedagógico, com potencial transformador do ser humano. Assim, o enquadramento dado à Bienal do Livro de São Paulo é o da importância da formação de uma nação de leitores e do incentivo à leitura infantil. A arte é vista também como transformadora da realidade social, como na exposição de fotografias de parentes de vítimas da violência nas fachadas das casas de uma favela no Rio. É interessante notar que matérias sobre arte e cultura têm pouco espaço no telejornal, além de serem sempre veiculadas nos últimos blocos. Não há um enfoque sobre a diversidade cultural do Brasil, embora ela apareça timidamente ligada a outros temas. Na edição do dia 23 de agosto, uma matéria sobre a Lei que torna o ensino de música obrigatório no ensino básico do país traz uma entrevista com o músico popular Zé do Pífano, que dá a sua opinião sobre o tema, mas o enfoque primordial em nenhum momento privilegia a diversidade musical do país, mas dá ênfase ao poder da música como instrumento que leva o aluno a ter mais concentração, por exemplo.

A cobertura de eventos artísticos nacionais é também uma herança das televisões educativas. Durante o período analisado, o Festival de Cinema de Gramado ganha cobertura especial, com entrada ao vivo da repórter Glauce Tolomei, entrevistando cineastas e críticos do Palácio dos Festivais, e matérias sobre os filmes de baixo orçamento, sobre os concorrentes aos prêmios etc. Sem dúvida, o espaço dado pelo *Repórter Brasil* ao evento é maior que aquele dado por qualquer emissora comercial do país, contudo, embora o texto em *off* da matéria que encerra a cobertura dê destaque ao público, mais uma vez, a voz privilegiada é a do especialista. O filme que o público mais gostou não é apontado por ele próprio,

mas pelo especialista, o crítico de cinema Luiz Carlos Merten: “Juventude foi o filme mais aplaudido desse festival, o que o público pelo visto mais gostou, e eu acho que os três, são encantadores”¹⁰. Embora o telejornal chegue a citar os filmes de baixo orçamento que fazem parte do Festival, a desigualdade de acesso aos meios de produção no cinema – que mesmo sendo cada vez mais acessível através das novas tecnologias de produção, continua sendo uma arte cara –, ou as formas de democratização desse acesso não é uma questão para ele.

A organização das editorias dentro do *Repórter Brasil* é bem definida: o primeiro bloco é geralmente composto por notícias de economia, o segundo traz as novidades da política nacional e internacional, no terceiro e quarto blocos notícias de segurança, arte, educação, esporte. Matérias de destaque, contudo, podem ganhar espaço no primeiro bloco, como a posse de Fernando Lugo, Presidente do Paraguai, em 14 de agosto de 2008.

No período analisado, essa organização foi quebrada para que as notícias sobre as Olimpíadas da China se distribuíssem pelos quatro blocos, com entradas diretas de Lincoln Macário, que apresentou o jornal direto de Pequim, ampliando o número de apresentadores nesse período para quatro.

As matérias de economia, como as de política, privilegiam o enfoque na vida do cidadão comum – o resultado da inflação na compra do mês, a educação financeira nas escolas, o perfil das mulheres como consumidoras – apesar de ganhar menos, elas gastam mais. Na edição de 03 de setembro, o assunto era o endividamento dos paulistanos e outra vez, o público recebe uma instrução do especialista, que reforça a necessidade de prestar atenção nos juros, de se preocupar. A sua fala é meramente ilustrativa da situação exemplar:

SONORA (sem identificação) – “Agora a gente tem que acertar, né? O déficit. Ter crédito, que tem que ter o nome limpo pra poder você comprar as coisas, ter crédito na praça”.

Na cobertura internacional, o grande destaque fica para a inclusão de notícias sobre lugares até então pouco vistos nos telejornais nacionais das

10 Entrevista ao programa *Repórter Brasil*, em 15 de agosto de 2008.

redes comerciais, como América Latina e África, agora privilegiadas nas políticas de relações exteriores do presidente Lula. Em 05 de setembro, a emissora levou ao ar a primeira participação do correspondente Carlos Alberto Júnior, direto de Angola. Luciana Barreto, a única apresentadora negra do programa, é enquadrada em plano geral seguido de *zoom-in*¹¹ e, em tom solene, anuncia:

O Repórter Brasil de hoje apresenta o primeiro correspondente da tevê brasileira na África. Carlos Alberto Júnior vai mostrar, a partir de Angola, como é este continente que desperta para o crescimento econômico e onde estão parte das nossas raízes culturais e raciais. E estréia em um dia muito importante para os angolanos – dia da primeira eleição depois de dezesseis anos. A última provocou o reinício da guerra civil¹².

À apresentação da repórter segue-se a primeira matéria produzida pelo correspondente sobre as eleições no país e o sentimento do povo por poder votar outra vez. A construção retórica do lugar da África na nossa cultura é forte e muito simbólica. O *Repórter Brasil* assume o compromisso de mostrar ao Brasil, como é o lugar de onde muito do que somos veio. Contudo, a presença deste e de qualquer outro país no noticiário é sempre por um enquadramento institucional, seja de relações diplomáticas e econômicas, seja por causa de conflitos no país. O cotidiano das pessoas não é tema de matérias internacionais. “Os laços” que guardamos com a África se resumem à presença de brasileiros como voluntários nas eleições de Angola; Bolívia e Brasil têm interesses comuns em relação a fronteiras e gás, especialmente quando o país chefiado por Evo Morales passa por uma crise de autonomia. Nesse contexto, o preço de um almoço com algum dos presidentes da América Latina em Nova York, por ocasião de uma reunião do Conselho das Américas, passa a ser mais importante do que a pauta da reunião ou o que vai ser feito com a renda desse evento. A política, além de institucionalizada, é personalista, centrada na figura do presidente Lula.

11 Aproximação da câmara.

12 Luciana Barreto. Programa *Repórter Brasil*, exibido em 5 de setembro de 2007.

A mesma institucionalização acontece com as questões das minorias. Durante o período analisado, a união estável entre casais homossexuais, a demarcação de terras indígenas e as prostitutas foram pauta do *Repórter Brasil*, mas somente as prostitutas não foram atreladas a uma questão em debate no Congresso, em Brasília. De fato, a *rap* reportagem de Fábio Fêter extrapola o enquadramento habitual dado pelo telejornal às questões da cidadania, como discutiremos um pouco mais adiante.

É, sem dúvida, significativo que as minorias nem sempre representadas nas emissoras comerciais, que geralmente acabam optando por manter temas polêmicos e de difícil aceitação por parte da audiência no âmbito da ficção, ganhem algum espaço no noticiário da TV Brasil. Mas é essencial que se amplie o debate a respeito delas, que as questões apresentadas sejam anteriores ao que já está decidido e, de certa forma, se estabelecendo. No caso da cobertura do julgamento da demarcação das terras da Reserva Raposa Serra do Sol, em nenhum momento o telejornal promove o debate sobre a questão indígena de forma mais aprofundada, mas apenas no âmbito do que está na pauta do Congresso e, portanto, na pauta das emissoras comerciais também, até porque esta foi uma questão grande que envolvia diversos interesses, especialmente econômicos.

QUANDO A EBC É NOTÍCIA

No final da primeira edição considerada nesta análise, de 12 de agosto, o *Repórter Brasil* anuncia o resultado do relatório produzido pela comissão corregedora que analisou a denúncia de Luiz Lobo, de que haveria ingerência do governo na TV Brasil. Através de uma nota coberta, o parecer é anunciado: **CABEÇA** – “O conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil reuniu-se hoje em Brasília e aprovou, por unanimidade, o jornalismo exibido no *Repórter Brasil*”¹³.

OFF – O conselho curador da EBC é uma entidade independente, composta por representantes dos mais variados estratos da sociedade e de todas as regiões do país. Foi examinada uma denúncia feita por um ex-funcionário de que o jornalismo da TV Brasil seria

13 Cristiana Lamônica. Programa *Repórter Brasil*, exibido em de 12 agosto de 2007.

manipulado em favor do governo. A acusação foi considerada sem fundamento. Uma comissão avaliou o conteúdo de vinte edições do Repórter Brasil exibidas entre março e abril deste ano. O relatório elogia o equilíbrio adotado na apresentação dos assuntos e diz que o telejornal Repórter Brasil é tecnicamente correto e jornalisticamente isento¹⁴.

O jornal é o palco da prestação de contas, reivindica credibilidade e dá a “prova” de que a merece. Pelo compromisso da emissora pública com o cidadão, ele deve apresentar justificativas para suas posturas e decisões, sejam editoriais, sejam administrativas. A nota serve para mostrar o trabalho do conselho curador, apresentar ao público o funcionamento do sistema de controle que ele exerce sobre a emissora e dar garantias ao público de que ele pode confiar no jornalismo exibido ali.

Mas, de fato, a nota não explica como o relatório foi feito, não fala sequer quem são os membros do Conselho Curador que, se depender desta nota, continua sendo estranho ao público. Se a função do Conselho é representar a sociedade, ainda que não tenha sido eleito por ela, é necessário que haja uma identificação de um com o outro, mas o Conselho Curador acaba sendo apresentado como mais externo à vida das pessoas que a própria política institucional, é tão ou mais institucionalizado quanto ela pelo jornal.

A tentativa de construção da imparcialidade da nota é toda baseada no que o Conselho apresentou como parecer e na sua credibilidade, mas isso não é construído na matéria, é dado como certo. Nenhum instrumento de interatividade é convocado, nenhuma fala vem do público, ainda que pela voz de um representante do Conselho.

A “prestação de contas” que a TV Brasil faz ao seu público em nada difere do que faz qualquer emissora comercial. A denúncia que motivou a investigação sequer é citada; quem a fez, quem foi diretamente atingido por ela ou quem julgou a questão não aparecem na construção da notí-

14 Programa *Repórter Brasil*, exibido em 12 de agosto de 2007. Com imagens da reunião do Conselho.

cia. O compromisso com o interesse público é prejudicado pela falta de transparência.

OLIMPÍADAS NA CHINA

Durante o período de análise, a equipe do *Repórter Brasil* noticiou as Olimpíadas da China e o desempenho dos atletas brasileiros na competição. Com entradas ao vivo, de Pequim, Lincoln Macário ancorava a apresentação do telejornal também da cidade chinesa. A cobertura esportiva foi feita nos moldes tradicionais do telejornalismo brasileiro – notas cobertas anunciando resultados do dia, apresentação de quadros de medalhas e próximas competições, matérias sobre preparação e treinamento dos atletas ou sobre vitórias e derrotas dos brasileiros. Durante o nosso período de análise, é justamente na cobertura das Olimpíadas que se desenvolve melhor um discurso sobre o nacional.

O resultado final das competições suscita um debate sobre o investimento do país no Esporte e boa parte das matérias é construída no sentido de justificar o investimento – são apresentados números de investimento nos últimos anos, falas de Lula, do Ministro dos Esportes, de ex-atletas. Tudo isso acontece depois de uma psicóloga ser convidada para responder por que às vezes colhemos decepções ao invés de vitórias. O *Repórter Brasil* recorre aos laços de identificação cultural entre torcedores e atletas para tratar da questão – embora Florestan Fernandes anuncie a entrevista dizendo que isso é a “Síndrome de Vira Lata”, definida por Nelson Rodrigues, a psicóloga desmente tal informação, dizendo que o brasileiro hoje é muito confiante em si. Os traços culturais são importantes também na construção da série Lá e Cá, que explora semelhanças e diferenças entre Brasil e China. Na edição de 13 de agosto, a matéria da série fala da culinária nos dois países.

CABEÇA – Por mais exóticas que possam parecer as comidas da China, a base é quase a mesma do Brasil, o arroz. Para saber quais são as outras semelhanças e diferenças no cardápio a repórter Fernanda Isidoro foi a um supermercado aqui em Brasília e o repórter Lincoln Macário em outro, lá em Pequim¹⁵.

15 Cristina Lamônica. Programa *Repórter Brasil*, exibido em 13 de agosto de 2008.

A matéria é guiada pela curiosidade. Já na cabeça, a culinária chinesa é apresentada como exótica e a fala dos repórteres e dos populares reforça a visão do outro como alguém estranho – “Vamos aproveitar o troco para comprar algo diferente”, “Isso, pra mim, é comida de passarinho”¹⁶. Os produtos da China são citados por Fernanda Isidoro, mas em nenhum momento o estereótipo da China como um lugar longínquo e estranho é desconstruído, não se fala da cultura do povo como algo cotidiano, assim como a nossa.

Com o fim das Olimpíadas, Lincoln volta para o Brasil, mas o telejornal mantém uma equipe com repórteres na cidade e manda mais três repórteres para acompanhar as paraolimpíadas. No estúdio de Brasília, a atleta e jornalista Carla Maia, cadeirante, é incorporada à equipe do programa para apresentar as notícias paraolímpicas. Infelizmente não poderemos aqui fazer uma análise mais aprofundada desta questão, visto que as Paraolimpíadas começaram na última edição do *corpus* desta análise. De todo modo, o que observamos nas edições anteriores ao início dos jogos paraolímpicos e na edição de seis de setembro foi uma cobertura semelhante à dos Jogos Olímpicos, com matérias sobre a preparação e as expectativas dos atletas, antes do início dos jogos e, a partir do dia seis, com entradas ao vivo de Pequim da repórter Gislene Nogueira, notas com resumos dos resultados, matérias sobre o desempenho das equipes, quadro de competições e de medalhas.

OUTRO OLHAR

A promessa da TV Brasil de abrir maior espaço para a participação do cidadão na sua programação e a obrigação, registrada em Lei, de estimular e exibir produção independente no horário noturno estão na origem do quadro *Outro Olhar*¹⁷, exibido no *Repórter Brasil*, sem regularidade

16 Reportagem de Fernanda Isidoro e Lincoln Macário para o programa *Repórter Brasil*, edição de 13 de agosto de 2008.

17 É possível assistir aos vídeos produzidos para este quadro no site do telejornal: <<http://www.ebc.tv.br/reporterbrasil/>>.

definida¹⁸. O quadro é uma experiência de jornalismo participativo¹⁹ na tevê, e exhibe vídeos produzidos pela população e selecionados pela equipe do jornal:

O OUTRO OLHAR é o espaço da sociedade no telejornal *Repórter Brasil*. Se você produz conteúdo informativo, como reportagens, entrevistas ou imagens que mostram a sua realidade, faça contato com nossa produção e envie seu vídeo. Mostre as histórias da sua redondeza, os assuntos que mexem com a sua vida. Participe da TV Brasil com a sua visão dos fatos sobre os mais variados temas. Por exemplo: uma reportagem sobre o desemprego na sua cidade, sobre a educação na escola do seu filho ou uma imagem sobre a saúde no posto de seu bairro. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2007)

O jornalismo participativo encontra sua maior expressão com o advento das mídias digitais, que tendem a descentralizar o polo emissor. Como afirmam Fonseca e Lindemann (2007, p. 87) “[...] a idéia de participação é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando que mais vozes tenham vez no espaço público”. A facilidade de acesso da população a telefones celulares com câmeras digitais ou mesmo o barateamento de filmadoras e a popularização de programas de edição caseiros, como o *Windows Movie Maker*²⁰, possibilitam que também a TV abra espaço para a participação do cidadão no telejornal. O jornalismo participativo pode ser uma manifestação de insatisfação com as mídias tradicionais, ou uma expressão da vontade do cidadão de ser ver como notícia. Falando sobre jornalismo participativo na internet, Fonseca e Lindemann (2007, p. 6) chamam a atenção para o papel do repórter nesses casos:

18 No período que corresponde ao *corpus* deste trabalho, o *Outro Olhar* foi ao ar apenas duas vezes, a primeira em uma sexta-feira e depois, na segunda-feira seguinte, dias 15 e 18 de agosto, respectivamente.

19 O jornalismo participativo – também conhecido como jornalismo cidadão, jornalismo colaborativo ou jornalismo *open source* – é uma idéia de jornalismo na qual o conteúdo (texto + imagem + som + vídeo) é produzido por cidadãos sem formação jornalística, em colaboração com jornalistas profissionais.

20 *Windows Movie Maker* – *software* de edição de vídeo bastante simples criado pela Microsoft para integrar alguns pacotes do sistema operacional *Microsoft Windows*.

Por mais que haja jornalistas atuando como moderadores (o que ocorre em alguns casos, como no Ohmynews, vc repórter e Foto-Repórter), o trabalho é limitado à revisão e edição do material que lhes é enviado, deixando de lado as tarefas corriqueiras que envolvem cultura profissional e enriquecem a produção jornalística. Além disso, pode-se questionar: onde fica a relevância de critérios como interesse público, veracidade, objetividade, clareza, exatidão, linguagem adequada? Tem-se uma situação em que todos esses pressupostos parecem diluir-se de tal forma que o jornalismo torna-se, pelo menos numa análise preliminar, simplista, superficial, pouco sério.

Ao contrário do espaço destinado ao cidadão, nas enquetes propostas pelo *Repórter Brasil*, ao menos retoricamente, o povo ocupa o lugar máximo de protagonismo do discurso – o *Outro Olhar* é a visão do homem comum, sobre o mundo que o cerca, os problemas que o afligem. Na edição de 18 de agosto, Cristiana de Lamônica anuncia o vídeo da ONG Rede Rua:

CABEÇA – O outro olhar de hoje vai lembrar a morte de moradores de rua no centro de São Paulo, há quatro anos, e que até hoje, os culpados não foram punidos. Amanhã, uma manifestação vai lembrar as vítimas. A produção das imagens é da ONG Rede Rua²¹.

O *Repórter Brasil* aceita produções em formato digital, inclusive de celulares e máquinas fotográficas digitais, mas alerta que pode exibir ou não, em seus telejornais, o material recebido. É aqui que entra o papel do jornalista – de produtor da informação, ele assume o papel de selecionador de material produzido:

[...] uma equipe fará a análise e seleção do material recebido, que poderá ser utilizado, ou não, nos telejornais. Vamos avaliar se a reportagem dá voz a todos os lados envolvidos, se precisa de auxílio da redação da TV Brasil para ouvir alguma parte, se o texto é de fácil compreensão para todos os telespectadores. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2007)

21 Cristina Lamônica. Programa *Repórter Brasil*, exibido em 13 de agosto de 2008.

Embora reduzida, a função do jornalista acaba se tornando fundamental. Os valores profissionais são chamados a campo para regular o trabalho do cidadão comum, que é construído como o outro já no título do quadro. Além disso, a exibição dos vídeos produzidos por não-jornalistas é sempre indicada por um selo no canto superior direito do vídeo que traz a marca do quadro, o seu título. O selo no canto do vídeo, que identifica o quadro, indica que embora esteja no meio da edição do telejornal, ele não se mistura com ela.

Esse quadro, que não é de responsabilidade exclusiva da TV Brasil, acaba sendo o espaço de maior experimentação dentro do telejornal, seja na linguagem do telejornalismo, no uso de recursos tecnológicos ou na construção estética. Há, por exemplo, um uso mais livre da música como trilha de reportagens, o que rendeu à emissora, inclusive, o seu primeiro prêmio jornalístico – o Prêmio Caixa de Jornalismo Social, pela *rap* reportagem *Favela Toma Conta*, produzida por Fábio Féter, exibida no *Outro Olhar*, um quadro do programa. A experiência foi interessante a ponto de a diretora de jornalismo da EBC, Helena Chagas, declarar que deveria ser ampliada: “Já estamos procurando um repentista em outra cidade para esse espaço do *Repórter Brasil*”²².

E, de fato, a *rap* reportagem ganhou espaço no telejornal. Na edição de 26 de agosto, o “*rap* repórter” Fábio Féter produziu *rap* reportagem sobre um desfile da Daspu²³, em São Paulo. O texto ritmado e cantado só é cortado por sonorais, especialmente da prostituta Jeane Eloy. A matéria é encerrada com a incidência do refrão da música “Um por amor, dois por dinheiro” do grupo de *rap* Racionais Mc’s (2007), que diz: “um por amor dois por dinheiro/ na selva é assim e você vale o que tem / vale o que tem na mão, na mão.” Vale ressaltar que o *rap* é um gênero musical ligado à periferia e em sua origem tratava assuntos como violência e política nas favelas de Kingstone, na Jamaica. O *rap* é, portanto, um gênero

22 TV Brasil ganha primeiro prêmio de jornalismo com *rap*-reportagem. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/release_064.asp>. Acesso em: 4 nov. 2008.

23 Grife criada no Rio de Janeiro por prostitutas ligadas à ONG Davida.

historicamente ligado ao protesto social, à voz do cidadão comum sobre questões que afetam diretamente a sua vida.

A matéria é a última da edição, espaço geralmente destinado a assuntos mais amenos, de menor importância ou a notícias de última hora. Como, de fato, esta não é uma notícia factual e urgente, ela é certamente colocada no lugar do ameno pelo formato pouco usual. O enquadramento da questão das prostitutas é o mais desatrelado das questões institucionais, ainda que tenha sido motivado pela iniciativa de uma organização não governamental. O aparecimento desse formato efetivamente dentro do telejornal é um primeiro indicativo de que as linguagens experimentadas pelas produções da população podem dar origem a novas formas de fazer jornalismo na TV Brasil.

É preciso reconhecer que, ainda que uma televisão pública possa ser um lugar privilegiado para a experimentação e o desenvolvimento de novos formatos, isso precisa dialogar com a história de audiência televisiva do país. Desse modo, o *Repórter Brasil* se utiliza de marcas consagradas no telejornalismo nacional para sugerir reconhecimento e até mesmo credibilidade. O cenário, os formatos das notícias, o tempo das matérias, a organização das editorias, o modo discreto de se comportar e se vestir dos apresentadores funcionam como um indicativo de que aquilo, efetivamente, é um telejornal. Nesse sentido, o programa reproduz estratégias textuais e discursivas já fortemente codificadas no telejornalismo brasileiro. Contudo, na tentativa de fazer um telejornal que aparente seriedade, imparcialidade e credibilidade, a TV Brasil acaba por produzir um telejornal que evolui muito pouco, tanto em relação à linguagem como em relação à inclusão do cidadão. O lugar do cidadão no telejornal é retórico, limitado à enquete ou ao quadro *Outro Olhar*, que sequer chegam a fazer parte do programa organicamente.

Com relação aos quatro operadores aqui analisados, observamos que a postura dos mediadores sugere imparcialidade e distanciamento da notícia pela não emissão declarada de opinião, o figurino discreto, os movimentos contidos. A isso se soma o contexto comunicativo ambientado por um cenário que mais distancia que aproxima emissor e receptor,

embora sugira um ambiente acolhedor aos entrevistados – a bancada, por exemplo, pode marcar a diferença entre o espaço de quem produz a notícia e de quem a recebe simplesmente.

A organização das editorias privilegia o âmbito da política institucionalizada e da economia de governo, das balanças comerciais, dos incentivos à produção interna. A temática da diversidade praticamente não aparece, o cotidiano é visto como banal, ameno, relegado aos blocos finais do noticiário.

Do ponto de vista do pacto sobre o papel do jornalismo, as falas no *Repórter Brasil* são quase sempre declaratórias e dão conta de aspectos já legitimados das decisões de governo, das mudanças na economia, das relações internacionais e até mesmo de questões relativas às minorias. O cidadão não faz parte da construção da notícia, senão como exemplo de quem é afetado pelos fatos, como se estes fossem dados e regulados por decisões político-legislativas e não construídos pela engrenagem lenta e plural do cotidiano. O telejornal como espaço para a produção da opinião pública não favorece o debate e os pontos de vista apresentados ali, geralmente institucionais, não dialogam entre si, não são questionados, não há uma evidência do dissenso, da discordância ou a problematização das questões.

O caso da notícia acerca do relatório do conselho curador sobre a denúncia de Luiz Lobo exemplifica a falta de transparência e a superficialidade do *Repórter Brasil* na construção da notícia. É preciso considerar que a denúncia do ex-funcionário diz respeito justamente à independência da TV Brasil em relação ao governo, mas a prestação de contas da emissora para o seu público se resume a uma nota que sequer diz quem é o conselho ou com base em que dados a denúncia foi analisada. As noções de interesse público e responsabilidade social ficam certamente prejudicadas nesse contexto. A TV Brasil não vai além do que fazem as emissoras comerciais embora a sua natureza pressuponha que ela deve transparência ao público porque pertence a ele.

Iniciativas como ter um correspondente em Angola, por exemplo, pela importância dos laços históricos e culturais guardados entre Brasil e África e mesmo as relações diplomáticas que os dois países sustentam agora;

ou noticiar matérias de interesse das minorias como no caso da união estável entre homossexuais, são certamente importantes e marcam novas possibilidades de diálogo na televisão, mas a partir do momento em que essas questões são reduzidas ao nível institucional da política feita nos gabinetes, aspectos importantes da cidadania e do cotidiano deixam de ser discutidos. Falar de cinema ou música nas escolas e não discutir as diferenças sociais e de acesso da população aos meios de produção em relação à diversidade cultural significa reproduzir sistemas hegemônicos calcados em velhas instituições, as mesmas que têm direito à fala. Não promover o debate público das questões que interessam o cidadão, sejam elas decisões de governo, ou o movimento da população em torno de uma questão, dando voz às discordâncias e possibilitando que diferentes pontos de vista sejam efetivamente apresentados, significa não reconhecer o caráter argumentativo, multicultural e plural da esfera pública contemporânea. Mesmo a construção do nacional é retórica e reproduz a tendência de tomar São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília como exemplo genérico do que seja o Brasil, embora a maior promessa da TV Brasil fosse justamente fazer um telejornalismo nacional de fato, especialmente no telejornal de rede.

O *Repórter Brasil* transita entre as tentativas possíveis de reproduzir o padrão do telejornalismo comercial com um discurso sobre o cidadão que não consegue se desvincular das instituições legitimadas e legitimadoras da sua construção; e de reproduzir a visão didática própria das televisões educativas como se desenvolveram no Brasil. Entre estes dois polos, as iniciativas de ruptura e experimentação são ainda muito tímidas, não chegando a se configurar como características do jornalismo ali produzido.

O lugar do cidadão é retórico – ele não é o sujeito do discurso, mas o personagem deste. É na tentativa de transitar entre essas possibilidades que o *Repórter Brasil* constrói o seu modo de endereçamento, o seu estilo, convocando um público que quer se ver na tevê, mas que ainda está muito acostumado aos modos tradicionais de fazer jornalismo no Brasil, recorrendo às fontes autorizadas, construindo imparcialidade e veracidade nos formatos de apresentação da notícia, na postura do jornalista que “não opina”, por exemplo. Considerando que a esfera

pública contemporânea já não opera nos termos habermasianos – segundo os quais as mídias distraem o público da ação política –, é necessário pensá-la como um lugar de participação do público, das vozes dissidentes. As noções de esfera pública, jornalismo e interesse público pressupostos aqui não dialogam de fato com as possibilidades de uma televisão efetivamente pública.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. *E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v. 1, p. 1-14, 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.

BRASIL. Medida provisória n. 398, de 10 de outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398impressao.htm> Acesso em: 01 out. 2008.

DIAS, Marina. Florestan Fernandes Jr. estreia no comando de “Repórter Brasil”. *Portal Imprensa*, 11 abr. 2008. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2008/04/11/imprensa18592.shtml>. Acesso em: 30 set. 2008.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Outro olhar: o jornalismo feito pelo cidadão na TV Brasil. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/reporterbrasil/outroolhar.asp>. Acesso em: 25 out. 2008.

FONSECA, Virgínia; LINDEMANN, Cristiane. Webjornalismo participativo: repensando algumas questões técnicas e teóricas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 34, p. 86-94, dez. 2007.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e mídia: com Habermas: contra Habermas. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. (Org.). *Produção e recepção dos sentidos mediáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 155-185.

LIVINGSTONE, Sonia M.; LUNT, Peter. *Talk on television: audience participation and public debate*. London; New York: Routledge, 1994.

MACEDO, Danilo. Franklin Martins elegia proposta de recursos para a EBC. *Agência Brasil*, 26 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/26/materia.2008-02-26.4751322415/view>>. Acesso em: 01 out. 2008.

MACEDO, Danilo. Cidadão vai poder opinar sobre a programação da TV Brasil. *Agência Brasil*, 02 dez. 2007. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/arquivo/node/341861?page=1>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesús, ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RACIONAIS MC's. 1 por amor, 2 por dinheiro. In: _____. *100 trutas, sem tretas*. São Paulo: RDS Fonográfica, p2006. 1 DVD, faixa 10.

SOALHEIRO, Marco Antônio. Repórter Brasil inaugura jornalismo unificado da TV Brasil. *Agência Brasil*, 03 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/30/materia.2007-11-30.4143275408/view>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

TV BRASIL: preparação do novo jornal, 2007. Disponível em:
<<http://br.youtube.com/watch?v=M-YorpsQ3kU>>. Acesso em:
20 out. 2008.